

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Ata n.º 03

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dois de dezembro e aditamento de cinco de dezembro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal (em exercício): Jorge Paulo Vasques Loureiro; -----

Primeiro Secretário: Luis Manuel Correia Rodrigues; -----

Segundo Secretário: António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de conhecimento da proposta referente ao **Sistema de Controlo Interno**; ----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2026**, fixando em 0% para todos os sujeitos passivos;

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2025, fixando** em 0.3% para os prédios urbanos; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2026** em 0%; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2026** de 0%; -----

PONTO SEIS: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto, também Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a participação no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; -----

PONTO SETE: Eleição de até dois representantes das Juntas de Freguesias do Concelho a integrar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; -----

PONTO OITO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para integrar na Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

PRESENÇAS: Beatriz Alves Pereira (membro suplente), Desidério Jorge da Silva, Carla Alexandra dos Santos Vieira, António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves, Helena Maria Palhota Dias Simões, Jorge Paulo Vasques Loureiro, Rosária Maria Dias Pereira Leão (membro suplente), Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Margarida Maria Jorge Guilherme, Luis Manuel Correia Rodrigues, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Luis Matias Afonso, Maria Isabel Rodrigues Gonçalves dos Santos Rodrigues, Otelio Guerreiro Cabrita, Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente), Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Jaime da Silva Machado Figueira Campos (membro suplente), Hugo Miguel Isidro Aires, Raul Manuel Soares Ferreira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo, de Ferreiras – Joana Mascarenhas, Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia – Natália Ricardo e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne – Rita Coelho. -----

Faltas: Luna Silva, Domingos Coelho, Cláudia Raimundo, Nelson Cachita, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Beatriz Pereira, Rosária Leão, Alberto Saraiva, Jaime Campos, Natália Ricardo e João Ruaça. -----



Registou-se ainda, a presença dos Vereadores, Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo, Maria Cristina Monteiro Rosquilha Corado e José Carlos Rolo. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia (em exercício) deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Lúcio Pescada: Boa noite a todos, na última Assembleia Municipal tive aqui uma intervenção onde, entre outros pontos, fiz referência ao facto da Quinta do Milharo, ter feito um passadiço exclusivo aos seus clientes, ligando o Hotel PortoBay Falésia ao novo Hotel PortoBay Blue Ocean, cortando assim a passagem que ali sempre existiu para o caminho que dava acesso ao miradouro da Falésia, que é somente o melhor miradouro que Albufeira, tem a nascente do concelho, com uma vista panorâmica fantástica sobre a nossa aclamada praia da Falésia. O miradouro a que me refiro e, a sua relevância é com certeza do conhecimento de todos os presentes, pois, inclusive, aparece num dos vídeos promocionais de Albufeira que a Câmara tem a rodar no ecrã outdoor, que se encontra já aqui perto, junto ao cruzamento entre este edifício e os bombeiros, precisamente com o título que tem, miradouro da Falésia. Ora, a única passagem agora disponível para aceder ao local, mais afastado da anterior, já não permite a passagem para pessoas deficientes ou de mobilidade reduzida. Na Assembleia Municipal anterior, os membros desta casa tiveram oportunidade de visualizar algumas imagens que aqui entreguei, de passeios de Tuk-tuk que realizamos a nascente de Albufeira, sendo esse o local o mais apreciado pelos clientes, onde se incluíam pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, idosos e outros mais, que dada a sua limitação permanente ou temporária, ali sempre tiveram por oportunidade de se deslumbrar com uma das maravilhas da Albufeira, mas que, dada a sua condição, se a realidade atual se mantiver aquele local, passa a ser mais um dos que não se conseguem aceder. Sendo o local de domínio público, com a sua relevância, com um miradouro de excelência, com elevado interesse paisagístico oferece ao concelho e ao turismo. Peço assim que, a Câmara Municipal de Albufeira tenha a sua intervenção e que faça cumprir a lei, corrigindo o que ali mal foi feito, alterando o que necessário para que todos, sem exceção, possam ali ter acesso, pessoas com deficiência, idosos, senhoras grávidas, crianças, e outros mais. Aproveitando e, convicto das palavras que o Senhor Presidente que, recentemente está a representar Albufeira em Bruxelas, onde referiu compromisso com a inclusão, que com certeza não será só no desporto, peço então que, a Câmara Municipal de Albufeira faça um levantamento e torne acessível todos quaisquer locais que sejam barreira impeditiva para qualquer atividade, quer seja de lazer, desporto ou outra, que limite o exercício pleno dos direitos de cidadania para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, direitos esses consagrados na Constituição Portuguesa. Para o efeito, recomendo consulta das normas e diretrizes no Guia “Acessibilidade e Mobilidade para todos”, que serve com melhor interpretação do decreto-lei número cento e sessenta e três barra dois mil e seis de oito de agosto. Nenhum de nós está livre de qualquer infeliz acidente, que nos coloque na mesma situação de várias pessoas e todos nós caminhamos para velhos, a idade não perdoa, quando chegamos a uma idade que não conseguimos aceder a tais locais. Como cidadão e munícipe considero ser dever de todos, de tudo fazermos o que estiver ao nosso alcance para que possa minimizar as limitações de cada um, executar as medidas e ações necessárias a fim de providenciar a melhor qualidade de vida a quem a vida já por si, coloca



obstáculos. Trago comigo uma imagem que irei entregar na Mesa, de um tapete que já existe em várias praias do mundo, que permite o acesso a pessoas de cadeira de rodas ao mar, que seria de valor que fosse implementado também nas praias de Albufeira, seria bonito, deixo aqui a sugestão. Também trouxe imagem do caminho que foi cortado, só não trouxe da nova passagem com os seus vários patamares de escadas, pois fica aqui o desafio, mesmo para as pessoas saudáveis, experimentarem por si a dificuldade inerente às mesmas.” (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Miguel Coelho: “Boa noite a todos, a minha intervenção vai ser muito rápida, mas começo por fazer aqui uma pequena alusão à última Assembleia que eu participei, aquando da votação do Código de Comportamento, fiz uma intervenção e cometi uma asneira, foi de ficar para o tempo dos deputados e houve uma intervenção de uma senhora deputada, que eu tive de ouvir sem qualquer tipo de resposta. Espero que, no dia de hoje façam uma reflexão profunda aos resultados que esse dito Código de Comportamentos tem para a nossa cidade, pese que, embora achar muito poucachinho que, três elementos da GNR na rua da Oura, em que um está numa ponta e, outro está no meio a dizer permanentemente às pessoas para vestirem a t-shirt, enfim, não sei se era esse o vosso objetivo, que aprovaram esse regulamento. Bom, portanto, eu não fico cá para o tempo dos deputados, porque não quero saber o que é essa senhora deputada pensa sobre este assunto. Eu venho aqui fazer três intervenções, a primeira tem a ver com o caminho da Baleeira, é uma obra pública, direi remendada, já sofreu várias intervenções, inclusivamente há muito tempo que está estrangulada, tem um estrangulamento numa das vias, a via de poente para nascente, o que queria pedir à edilidade, eu sei que isto não é da vossa responsabilidade, mas sei que vão fazer, façam-se substituir ao empreiteiro, se o empreiteiro não resolve o problema, a Câmara que resolva o problema. Façam-se substituir ao empreiteiro, não deixem nós munícipes ter de vir aqui a esta Assembleia que, eu falo por mim, não tenho nenhum prazer vir aqui falar sobre esses assuntos, vocês façam o vosso trabalho e, com certeza farão muito bem. O segundo assunto tem a ver com o parque de estacionamento da Marina de Albufeira, a entrada, aquilo tem lá umas caleiras e, essas caleiras deveriam de ter umas grelhas. Já fiz dois pedidos no Smart City, para que fossem recolocar essas caleiras, inclusivamente, tive uma resposta ao meu primeiro pedido, que tinha sido concluído e, depois tive de tirar novas fotografias, registar lá na plataforma e até hoje. Eu não gostaria que Albufeira fosse falada pelas piores notícias de algum velhote ou alguma criança a por lá o pé e, partir uma perna, enfim, só porque alguém não fez devidamente o trabalho, retiraram as grelhas para limpar, mas não as repuseram. O terceiro assunto tem a ver com o ruído do Jacks Irish Pub, isto também não é do vosso tempo, mas eu tenho de dizer que apresentei cinco reclamações no livro de reclamações da Câmara, a última não tive resposta e, há um prazo legal para obter resposta. Mas isto basicamente, meus senhores, é muito simples, não está em causa o estabelecimento, não está em causa o sistema de som que é lá implementado, o limitador de som, não está em causa os estudos que foram feitos, por uma empresa acreditada ou certificada. O que está aqui em causa, é uma coisa muito simples, desculpem, mas eu vou ser direto, burla através do sistema autónomo da música ao vivo, é incompreensível como é que alguém leva umas colunas com os amplificadores para lá e produz som que não tem nada a ver com o equipamento que lá está. É evidente que assim podem produzir todo o som que o limitador de som limita-se a ser ineficiente,



porque não limita absolutamente nada. Era só isto o meu tempo a acabar, vou desejar a este novo executivo que faça um excelente trabalho e espero não vir aqui muitas mais vezes.” -----
João Ferreira: “Boa noite a todos o meu nome é João Ferreira, sou empresário, arquiteto e munícipe deste concelho. Compareço hoje aqui para partilhar uma reflexão que tenho repetitivamente exposto em vários fóruns e, que, considero essencial para o desenvolvimento saudável de Albufeira. Falo da forma como em certos setores da administração pública e, em particular, na área do urbanismo o serviço público nem sempre tem correspondido ao que a lei determina e, ao que os cidadãos legitimamente esperam. Quando afirmo isto, não é por ligeireza, falo com conhecimento direto adquirido ao longo de muitos anos de trabalho, com projetos, procedimentos e equipas técnicas. E, é precisamente por acreditar na importância do serviço público que trago esta intervenção, serviço público e fazer parte da solução. O serviço público não é ser parte do problema, é entender, é ouvir, é aconselhar, é agilizar, é simplificar, é explicar e atender. Serviço público não é facilitar irregularidades, nem beneficiar quem não deve, serviço público é orientar com rigor, garantir segurança jurídica e promover o desenvolvimento ordenado. Infelizmente, aquilo que muitos munícipes, investidores e profissionais têm encontrado são práticas que produzem exatamente o contrário, interpretações legais não publicadas, orientações não ratificadas, ausência de atas de atendimento técnico que não registam o que foi discutido, informações técnicas que nada informam e, que se esvaziam em expressões como “à consideração superior”, culminando em despachos que apenas dizem no fim, transmita-se ao requerente. Isto não é nada, o resultado é um labirinto de burocracia que desresponsabiliza todos e prejudica o desenvolvimento local, deixam projetistas, advogados, investidores e cidadãos perplexos com ofícios vazios e decisões que não são verdadeiras decisões. Eu, posso dar um exemplo que hoje já chegou e, eu tenho visto várias vezes, é que, existem pareceres em que é preciso aperfeiçoar um determinado procedimento ou um determinado projeto ou processo, com o A e o B e oito meses depois vêm dizer sim senhor, estão corrigidos o A e o B, mas agora tivemos a ver, vem o C e o D e por aí fora. Portanto, isto é fazer parte do problema, não é fazer parte da solução. A isto, soma-se algo ainda mais grave, o desrespeito recorrente pelos prazos legais, o que paralisa investimentos, gera custos elevadíssimos e afasta o talento e oportunidade económica. É por isso que, chamo a estas práticas um crime contra o desenvolvimento local, regional e até nacional, não no sentido jurídico, mas no sentido prático, social e económico, quando não é apenas incompetência, porque, por vezes é outras coisas. Se a ineficácia fosse apenas fruto de falta de meios ou de formação, já seria preocupante, mas torna-se verdadeiramente nefasto quando é alimentado por dinâmicas internas, ressentimentos, culturas organizacionais cristalizadas ou no pior dos cenários, práticas que criam dificuldades para depois venderem facilidades. Uma administração assim perde a sua nobreza e, põe em causa a confiança dos cidadãos. Duas orientações para futuro, menos burocracia e mais transparência. Dirijo-me ao novo executivo com espírito de colaboração e, com total disponibilidade para contribuir, como é óbvio, pro bono, como tenho feito sempre, e em várias Câmaras, para o aperfeiçoamento destas áreas. Não trago a demagogia, trago exemplos concretos que já funcionam noutros municípios portugueses, menos burocracia, mais eficiência, informação e informatização total dos procedimentos. Dou o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa, notificações por correio eletrónico e não por via postal, dou o exemplo da Câmara Municipal de Silves, plataforma



digital para submissão de acompanhamento dos processos, dou o exemplo da Câmara Municipal de Loulé, disponibilização de alvarás de loteamento no geoportal, dou o exemplo da Câmara Municipal de Portimão, emissão automática de referências multibanco para pagamento de taxas, dou o exemplo da Câmara Municipal de Faro, agendamento automático de reuniões na plataforma do SIGA para apoiar submissão dos pedidos, dou o exemplo novamente da Câmara Municipal de Lisboa, agendamento automático de reuniões com vereadores via videoconferência, dou outra vez o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa, etc., etc. Mais transparência, mais confiança, a nomeação explícita do gestor de processo, conforme o artigo oito do RJUE, dou o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa, a realização de atas de reuniões técnicas, dou o exemplo da Câmara Municipal de Palmela, consulta pública através do geoportal, de números de processo, licenças de construção, licenças de utilização e histórico, dou o exemplo da Câmara Municipal de Cascais. Estes exemplos existem, funcionam e demonstram que em Portugal já sabe fazer bem, é preciso é apenas em Albufeira que se concentre e adote o conjunto de melhorias práticas, que todos os municípios já implementaram com sucesso, agiliza-se o procedimento, reduz-se a discriminação, aumenta-se a confiança e diminui-se drasticamente o espaço para qualquer forma de corrupção. Conclusão, desenvolvimento local depende de uma administração que não seja obstáculo, mas um pilar, uma administração que cumpra os prazos, que assuma posições claras, que trate dos munícipes com respeito e que incentive o investimento responsável. Peço, por isso, a este executivo que faça da eficiência, da transparência do serviço público verdadeiro a sua marca distinta.” -----

Vice-Presidente: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Membros do Executivo Municipal, caríssimos representantes das instituições locais, estimado público aqui presente e a todos aqueles que nos acompanham através de YouTube, é para mim uma honra dirigir-me a esta Assembleia Municipal, na qualidade de Vice-presidente da Câmara de Albufeira, em representação do Senhor Presidente da Câmara, gostaria de agradecer a presença de todos, bem com a atenção e o interesse cívico demonstrado, por quem nos chega à distância, a vossa participação é essencial para o bom funcionamento da democracia e para o desenvolvimento do nosso concelho. Vou passar às questões que foram colocadas, começar pelo senhor Lúcio Pescada, que nos falou do caminho que está cortado e do miradouro que tem algumas dificuldades para a mobilidade. Por falar em mobilidade e inclusão, são áreas do Município, que Albufeira tem vindo a abordar através de várias ações e serviços, nomeadamente no âmbito da ação social e na promoção da acessibilidade, tanto às praias como em outros sítios, temos serviços que estão a fazer parte da inclusão, promovem entidades de apoio, grupos, programas, portanto, temos algumas iniciativas que o município tem na parte da inclusão e na parte das acessibilidades. Também dizer que, temos o regulamento que está a ser aprovado, falta só ser publicado o que foi votado nesta Assembleia. Esteve em estudo, falta só a publicação do mesmo, portanto, estamos a aguardar a publicação para regularizar os Tuk-tuk, como tinha falado. Em relação ao miradouro da Falésia, eu mesmo irei lá passar e constatar o que se passa. Relativamente ao caminho cortado, saber se está legal, se pode ser cortado ou não, isso são coisas que temos de averiguar no local, depois irei passar por lá e darei uma resposta. O senhor Ângelo Coelho, falou no caminho da Baleeira, temos de passar também por lá, para ver o que se passa com o empreiteiro, portanto, são



obras que estão demoradas e, estão a causar algum transtorno a todos nós, e temos de passar por lá. O Código de Conduta, também foi um código que foi aprovado aqui por nós, pela Assembleia Municipal, está a levar algum tempo a pôr em prática, é uma coisa que temos que ir averiguando com tempo, leva sempre algum tempo e, também temos de tentar ver o que conseguimos melhorar no Código de Conduta, porque como foi dito quando foi aprovado, é um código que pode ser alterado por nós, tudo o que acharmos que não esteja em condições, podemos alterar numa posterior Assembleia, mas pelo menos implementar o que já está e, ver como vai correr, portanto, neste verão. Assim, o código foi aprovado há pouco tempo, não temos os feedbacks necessários para os ajustes, é uma coisa que se poderá ir ajustando, como disse. Relativamente ao ruído, é uma das preocupações que nós temos, não só o Jack Irish, mas em todos os outros. É uma preocupação que dissemos mesmo antes de sermos eleitos, que iríamos ter medidas com o ruído, iríamos ter em atenção essas medidas, iremos averiguar o que é que se está a passar, iremos mandar os serviços competentes passar por lá e analisarmos para depois tomar uma medida. Portanto, vamos tomar nota disto e, depois iremos averiguar e, como já vos disse, iremos tomar as medidas necessárias. Ao senhor João Ferreira, a agradecer a intervenção do arquiteto, reconhecer o contributo enquanto munícipe e profissional com experiência direta no território, registar as suas preocupações apresentadas que são pertinentes e atuais, o município tem estado já a tomar algumas medidas nesse sentido. Retificar que este executivo valoriza, contributos construtivos dos cidadãos, é muito bom o que o senhor disse, sublinhar o objetivo e melhorar a continuidade dos serviços municipais, isso é um objetivo nosso, é um objetivo do senhor Presidente, portanto, nessa divisão já tomamos algumas medidas, claro que, isso leva algum tempo até chegar. Temos os serviços um bocado informatizados, iremos melhorar também esses serviços, com certeza. Temos de concordar com a importância e eficiência da transparência e, da boa prestação de serviços públicos. O nosso objetivo é mesmo, trabalharmos para o público, trabalharmos para todos nós com transparência, é uma das nossas bandeiras, sempre foi dito isso. Refletir que, muitas das matérias abordadas estão alinhadas com preocupações do executivo, esclarecer que, qualquer melhoria exige análise técnica, enquadramento legal e decisão de responsável, e garantir que as sugestões serão consideradas dentro dos canais próprios, solicitar que as propostas apresentadas sejam remetidas por escrito ao executivo. A sua intervenção está bem explícita, portanto, nós iremos tirar as dilações, iremos guardar para depois abordarmos. Manifestar a abertura de colaboração com espírito construtivo, como o senhor disse, nós estamos cá para colaborar e para ouvir as suas propostas, destacar a implementação positiva e valorizar. Desde já, muito obrigado pelo seu contributo e deixar claro que, são preocupações deste município, precisamente desde os processos digitalizados, assim como também as respostas adequadas em tempo adequado, como o senhor disse também, nós também já abordamos isso, resolve-se um problema aparece dois ou três, portanto, nós queremos também combater isso para que, a pessoa quando colocar um projeto e, se tiver alguma questão que tenha que ser resolvida, que seja essa questão, não venha mais duas ou três depois. Muito obrigado pela sua intervenção. Como disse, estamos a rever a parte administrativa, já fizemos algumas alterações em termos de organograma, portanto, estamos cá para colaborar, para ouvir, se tiver outras ideias, estamos abertos e, nós agradecemos a todos que queiram colaborar e ajudar, fazem muito bem, porque só assim nós conseguimos trabalhar convosco e para vós, trabalhamos todos em conjunto.” -----



Presidente da Assembleia (em exercício): “Não havendo mais intervenções e antes de entrar no período antes da ordem do dia, vou passar a palavra ao senhor Secretário para lembrar os respetivos tempos que cabe cada partido/coligação.” -----

Segundo Secretário: “Boa noite, relativamente à questão dos tempos, temos os tempos do anterior Regimento, aguardamos a alteração com a equipa de coordenação para termos uma alteração do Regimento em que se poderão mudar estes tempos. Esta distribuição de tempos é da competência da Presidente, relativamente ao artigo quarenta e sete do Regimento em vigor, temos o partido Chega com dezasseis minutos, a coligação Ser Albufeira catorze minutos, a coligação Albufeira é Tua doze minutos, Iniciativa Liberal cinco minutos, deputados não inscritos um minuto e meio e o Presidente, neste caso Vice-presidente, sete minutos e meio. Relativamente à última reunião, tivemos alguma coerência em relação aos tempos, agradeço o esclarecimento da deputada e colega Helena Simões, de qualquer das formas, foi mesmo por ser a primeira e, tivemos aqui algum cuidado e muitas das vezes temos que, realmente também para ter o raciocínio e, compreender o que a pessoa nos quer dizer, dar aqui mais um pouco de tempo para que as coisas fiquem bem esclarecidas. Portanto, queria só dizer que, depois irá ser feita relativamente à alteração do Regimento, a questão das moções, propostas e recomendações que poderíamos, é uma opinião própria, alterar em vez de dois para cinco minutos, mas isso será posteriormente feito por vós.” -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Desidério Silva: “Boa noite, o que me fez vir aqui foi a intervenção do arquiteto João Ferreira, porque ao longo dos anos também tenho partilhado um pouco destas preocupações e tenho partilhado, quer enquanto munícipe, mas também enquanto vereador e também percebendo e, ouvindo a opinião dos investidores, dos arquitetos, dos técnicos e, o facto é que, uma vez que este executivo tomou posse recentemente, era importante que, e, havendo alterações de chefias e, havendo obviamente, orientações no sentido de, não digo resolver os problemas todos de uma vez, mas que o façam obviamente com critérios e com regras, mas também com celeridade, porque nós sabemos que, ao longo dos anos, muitos dos investidores é recorrente dizerem que, as coisas demoram muito tempo e depois tem que ir para outros concelhos, se calhar os investidores noutros concelhos dizem a mesma coisa dos outros concelhos, mas o facto é que, é mais a nota de que, havendo um executivo novo, havendo chefias novas, havendo enquadramento, digamos, organograma que possa ter em conta todos estes fatores que tivessem isso em conta, porque, como foi dito aqui, muitos processos vão em fase de solução e, quando já até o A e o B resolvidos passado, não sei quantos meses percebe-se que há ali um ponto ou uma alínea que volta atrás, e se volta atrás põe em causa todo o processo, põe em causa todo o investimento, põe em causa toda a vontade do investidor de que no fundo, levar a cabo a obra neste concelho. Portanto, era exatamente essa nota, era desejar que as chefias que, agora vão entrar ou que já entraram, possam ter em atenção e, que possam ter em conta que há procedimentos e que há alinhamentos que não devem ser descurados, devem ser todos passados a pente fino para quando acabar, parecendo que o processo está todo pronto, vai-se a ver e há uma alínea que ficou para trás, que é preciso agora recuperar. E tanto mais, como sabem, a grande parte do concelho está sujeito a escrutínios de várias entidades, em várias áreas, entidades essas que são não só a CCDR, mas da APA,



da Reserva Agrícola, do enquadramento rural, das florestas, enfim, há um conjunto de entidades que têm que dar pareceres e, portanto, era bom que quando esses processos fossem postos a discussão que eles já tivessem todas as alíneas, enfim, e todas as áreas definidas para que depois fosse mais fácil ao futuro executivo dar respostas sem ter que mandar para trás à procura de uma outra resposta que já devia estar no processo e não está, porque ninguém se lembrou ou não pediram ou que não tiveram em conta e, portanto, era essa a nota que eu queria deixar. Obviamente mais rigor, mais celeridade e obviamente que as coisas tivessem uma solução muito mais rápida, porque o investimento no concelho é cada vez mais importante e também já ouvi o Presidente dizer que, precisa de investidores para criar um concelho mais rico e um concelho mais rico também trata melhor a parte social.” -----

Helena Simões: “Boa noite a todos, eu pedi a palavra para suscitar uma questão que ocorreu na última Assembleia Municipal e, que, eu considero de especial gravidade e que envolve os deveres legais desta Assembleia, enquanto órgão fiscalizador do município. Recordo que, na última Assembleia e, tendo sido amplamente difundido posteriormente nas redes sociais, pelos próprios, foram proferidas declarações pelo Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, nas quais se referia à comunidade cigana em termos potencialmente discriminatórios, generalizadores e ofensivos. Estas afirmações per si, bem como a forma de divulgação das mesmas, poderão preencher a prática de ilícito criminal, designadamente crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência, previsto e punido no artigo duzentos e quarenta do Código Penal que pune condutas que difamem, injuriem ou descriminem pessoas, ou grupo em razão da sua origem étnica, bem como a violação dos deveres funcionais consignados no estatuto dos eleitos locais, que exigem atuação conforme a Constituição, nomeadamente o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Nesta senda, eu pergunto a esta Mesa e a esta Assembleia, que se, face à gravidade da matéria, pergunto formalmente se tencionam solicitar algum esclarecimento quanto às declarações proferidas? Questiono também, se a Mesa ou a digníssima Assembleia, na prerrogativa de fiscalidade e face à prerrogativa que a mesma tem, se irá agir em conformidade, desencadear os mecanismos legais no âmbito da fiscalização e, se necessário, comunicar ao Ministério Público, conforme está previsto no duzentos e quarenta do Código Penal. Quando qualquer titular de cargo público tem conhecimento de factos suscetíveis de constituir crime. Eu, recordo que, todos nós assistimos, todos nós temos conhecimento que poderá consubstanciar um crime, logo de todos nós, enquanto eleitos locais, temos a obrigação de a pergunta é simples, se: a Assembleia como um todo o fará e deixará ao escrutínio do Ministério Público ou se terá de ser um deputado individualmente a fazê-lo? Nessa senda, eu gostaria que a minha intervenção ficasse em ata, gostaria também que fosse remetida para o Ministério Público com os propósitos por mim enunciados, uma cópia integral da gravação da última Assembleia, para que a mesma, o Ministério Público, possa fazer o que entender por pertinente. Agora, no que concerne as intervenções aqui na Assembleia, em concreto, vou só fazer um reparo à Mesa, ainda que, do ponto de vista da substituição ser pontual e não definitiva, não houve aqui nenhuma renúncia, teria ficado de bom tom terem cumprido a lei da paridade, num órgão como a Mesa da Assembleia, porque é um órgão próprio, temos a Assembleia Municipal, temos o Presidente da Assembleia Municipal e temos a mesa da Assembleia Municipal, são três órgãos distintos com prerrogativas próprias. Acho que, o Chega tem nas suas listas mulheres, teria na minha ótica ficado de bom tom, no entanto, desde já digo que a QNE,



é bastante clara e perentória que, quando é temporário não se aplica. Gostaria de pedir, à semelhança da última Assembleia que me fossem enviadas as imagens facultadas pelo munícipe Lúcio Pescada e, depois, não poderia deixar de passar o momento por dizer que, estou solidária com os técnicos desta Câmara e porquê? Porque, neste momento, o movimento migratório, ao abrigo da mobilidade entre organismos públicos da Câmara de Loulé para aqui é assustador, deixa-me a mim, choca-me um bocadinho que, eventualmente, pelos vistos, não temos nos nossos quadros técnicos pessoas com capacidade para desenvolver o trabalho que, neste momento, este executivo quer que seja desenvolvido e, os movimentos migratórios são tamanhos que até família se coloca tudo no mesmo momento. Choca-me e nesse sentido, estou solidária com os técnicos que foram preteridos em detrimento de outros, que vieram de fora. Em relação à intervenção do arquiteto João Ferreira, a segunda parte subscrevo na íntegra, a primeira parte fiquei um tanto ao quanto preocupada que tipo de procedimentos errados a Câmara anterior ou a atual ou, como um todo, está a cometer? Gostaria que num futuro, se calhar, em conversa de café, eventualmente concretizar-se, para que eu pudesse perceber e fazer o meu trabalho fiscalizador. Depois, ainda pegando na sua intervenção e, eu fiz o encadeamento, na última Assembleia, foi dito muitas vezes “estou cá há vinte e três dias, vinte e três ainda não deu para fazer nada, não deu para me inteirar”, bom, já deu para proibir procurações forenses, porque, pelos vistos, os serviços neste momento entendem que, as procurações forenses, têm que contemplar elementos cuja lei não obriga, já permitiu estarem escritórios, há mais de um mês e meio, à espera de consultar processos de licenciamento, um mês e meio, pasme-se, pelos vistos, é preciso um procedimento especial para consultar processos e, pasme-se ainda mais quando os funcionários dizem, isto agora para pedir cópias, o procedimento mudou, mas também não sabemos muito bem qual é o procedimento. Meus senhores, isto é, se calhar, uma das maiores Câmaras do Algarve, se calhar, deveriam saber ao que vinham quando para cá vieram. Dito isto, depois estranhamente acompanhamos as sessões de Câmara, são retirados pontos à discussão em barda, nas sessões de Câmara foram retirados qualquer coisa como quarenta, cinquenta pontos, sem qualquer tipo de justificação. Como eu costumo dizer, quem tem medo compra um cão, quem não confia nos técnicos da autarquia, se calhar é melhor realmente trabalhar sozinho, senão torna-se complicado. O pináculo é o desrespeito por esta Assembleia Municipal, então vejamos, não consigo precisar, mas quem transitou do anterior mandato para este recordar-se-á que, veio a esta Assembleia Municipal um pedido de inequívoco interesse municipal, que foi aprovado por unanimidade, à exceção da minha pessoa que não estava na sala, pasme-se que, neste momento, os serviços desta autarquia disseram “não, não, foi aprovado mas, não vai ser emitido nenhuma certidão”, o processo vai repristinar, vai voltar a tramitar novamente tudo aquilo que tramitou até chegar a esta Assembleia Municipal. Eu pergunto assim, é isso que vamos fazer? Fazer tábua rasa de tudo aquilo que foi decidido? Rasgar todas as licenças de utilização, rasgar todos os alvarás de construção? É assim, foi aprovado nesta Assembleia, está em ata, foi aprovado por unanimidade, quem é, perdoem-me a franqueza, o Presidente, o assessor, assessoria externa, quem seja, quem é que são estas pessoas para decidir que vão fazer tábua rasa de uma deliberação tomada em Assembleia Municipal? É muito grave, queixaram-se durante três meses, mudança, inércia, parado e chegaram aqui, não mexe em nada, com receio de tudo. Meus senhores, tinham receio não viessem para aqui. Tenho dito.” -----



Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, a bancada da coligação Albufeira é Tua não pode deixar de manifestar surpresa e, até estupefação pelo facto de que, nem a senhora Presidente da Assembleia, nem o senhor Presidente da Câmara se encontrarem presentes nesta sessão da Assembleia, diga-se, a segunda sessão do mandato, nunca tal sucedeu. Penso que, todos visualizámos, pelas redes sociais, aliás, meio privilegiado de comunicação deste executivo, fotografia da presença do Senhor Presidente e da Senhora Presidente da Assembleia Municipal no Parlamento Europeu e que, provavelmente, irão também participar no Congresso Nacional dos Municípios Portugueses, este fim de semana em Viana do Castelo. Lamentamos, efetivamente que, tenham preferido estar presentes em lugares longínquos, do que nesta sessão da Assembleia, para nos darem conta dos assuntos que nos preocupam a todos, mas, enfim, são opções. Pergunto agora, diretamente ao Senhor Vice-Presidente, porque é do seu pelouro e, certamente nos saberá esclarecer sobre o evento, bandeira deste município para o ano dois mil e vinte e seis, Cidade Europeia do Desporto, teremos alguma cerimónia de abertura? Quando e onde? Qual o plano de atividades e eventos previstos? Se o plano de atividades e eventos já vinham planificados do anterior executivo ou se tiveram de iniciar um novo plano? Agradecemos por isso, Senhor Vice-presidente uma resposta concreta e clara.” -----

Maria Leote: “Boa noite, a minha intervenção é no sentido de questionar concretamente o Senhor Vice-Presidente aqui presente sobre a transição do Mercadinho de Natal do centro histórico para o Mercado dos Caliços. A questão que coloco é: até que ponto é que terá benefício esta transição para a nossa cidade? Por um lado, coloca-se a questão, até que ponto é que beneficia o próprio Mercado dos Caliços, uma vez que o mercado funciona mais de manhã e este Mercadinho de Natal funcionará mais tarde/noite. Outra questão que coloquei a mim mesma é a questão do estacionamento, porque o parque de estacionamento, neste momento, é onde se encontra a pista de gelo e, portanto, também não será, vamos lá ver uma vantagem e benéfico para estacionamento. Por outro lado, o que eu vejo de mais problemático é o abandono dos pequenos comerciantes da baixa, que já se sentiam abandonados neste final de verão e, que agora em época baixa estão entregues a si próprios. Por outro lado, ainda, o desconhecimento e o abandono no centro histórico, enquanto raiz da nossa localidade e da nossa identidade. A maior parte das pessoas vive e trabalha na zona nova, e não precisa de ir à baixa e ao centro histórico para nada e, portanto, o desconhecimento e o abandono são evidentes. Por último, o mau aspeto da baixa, que sem ar de Natal ainda está mais abandonada, até para nós, munícipes e residentes, mas também para quem nos visita nesta altura, muitas vezes os espanhóis que vão encontrar uma baixa sem Natal, porque o Natal não vai descer à baixa.” -----

Raul Ferreira: “Começo por apresentar os meus cumprimentos, vou ser muito breve, venho aqui um pouco como mensageiro de algumas pessoas que me manifestaram a preocupação relativamente às questões do licenciamento de obras particulares e vou ser muito rápido e muito objetivo. A questão que eu coloco ao Senhor Vice-presidente é: se sabe qual é o momento em que os processos vão começar a ir à reunião de Câmara para aprovação? Neste momento, as pessoas estão preocupadas, os investidores têm o seu dinheiro parado e, isto causa um prejuízo avultado e sério a todos aqueles que investem no nosso concelho. Outra questão que eu gostava de colocar é a seguinte: já passaram dois meses, desde que foram eleitos, compreende-se que no primeiro momento exista, enfim, um momento em que têm que pensar, têm que refletir, têm que ver procedimentos a adotar, mas, neste momento,



penso que já estarão em condições de dar andamento a certas vontades, a certos objetivos e perguntava ao Senhor Vice-presidente, se relativamente à questão das obras particulares, dos licenciamentos, se já têm uma política e uma estratégia definida, que todos nós aguardamos e porque também a construção civil é um dos motores da nossa economia, portanto esperamos soluções e que façam jus ao vosso slogan que é “o Chega resolve”. -----

Vice-presidente: “Começado por responder ao Desidério Silva, é mais um agradecimento que eu quero fazer, porque o senhor Desidério teve a explicar os procedimentos que foram feitos no tempo dele, enquanto vereador e como Presidente de Câmara, diz que deve haver critérios e regras e, nós estamos a ter, porque precisamente as substituições que foram feitas foram com critérios, com regras e com o objetivo de melhorar, portanto, como já disse aqui o senhor João Ferreira, nós estamos no caminho de tentar melhorar em termos dos procedimentos serem mais céleres, estamos a tentar adequar o nosso programa informático, informatizar os processos todos, para o próprio programa nos dar formas de trabalhar e de conseguirmos chegar o mais rapidamente com soluções às pessoas. Como foi dito em vários municípios, ainda este fim de semana, tive no colóquio em Oeiras, onde tive precisamente para falar como é que trabalhavam os processos nesse município. Portanto, os processos chegam, são informatizados, têm a inteligência artificial a dar resposta logo às pessoas, têm lá uma senhora que eles chamavam Maria, que responda às pessoas e os técnicos ficam logo a apreciar o processo, portanto são questões, são questões que nós estamos a tentar informatizar e chegar lá também, são coisas que levam tempo, claro, por isso é que alguns municípios estão melhores de uma maneira e outros são melhores noutra, como o senhor Desidério disse e muito bem, um agradecimento por ter prestado este esclarecimento. Relativamente às questões da senhora deputada Helena Palhota, na última Assembleia a discriminação a que se refere em defesa da comunidade cigana, não me apercebi nada disso, portanto, pelo menos aqui na Assembleia, não foi dito nada, nessa Assembleia. Portanto, todas as intenções do Senhor Presidente da Câmara, à data de hoje, foram sempre feitas em prol dos munícipes, portanto sem discriminações de qualquer cidadão. A comunidade cigana, não terá privilégios, nem estará à margem dos direitos e deveres dos cidadãos de Albufeira, sempre dissemos isto, serão tratados todos igualmente, como todas as pessoas, não fazemos discriminação por ninguém. Portanto, isso tem sido saliente e tem sido dito já várias vezes, aqui ninguém se opôs à lei da paridade, trouxemos a lei quando elegemos aqui a Mesa da Assembleia, foi por escrutínio secreto e foi proposto aqui uma votação e foi proposto se alguém se opunha e, ninguém se opôs à lei de paridade, como a senhora doutora Helena Palhota disse, ela própria deu a resposta e deu muito bem, diz que pode fazer, portanto, a questão é uma não questão. Relativamente aos técnicos que se referiu da autarquia, portanto, nós fizemos substituições, neste caso, o executivo e o Senhor Presidente, fizemos as substituições, que achava que tinha de fazer, para uma melhoria dos serviços. Como já foi dito aqui hoje nesta mesma Assembleia, o senhor João Ferreira, trouxe-nos o mesmo problema que nós detetamos, portanto, o problema foi detetado, tivemos de fazer algumas mudanças, agora só com o tempo é que vamos saber se vão resultar ou não, portanto, nós quando mudamos alguma coisa pensamos que é para mudar para melhor, portanto, acho que ninguém tenta fazer alguma alteração que seja para pior, portanto, eu penso que não, penso que seja para melhor e dentro disso estamos a pensar que vamos conseguir fazer. Relativamente à retirada dos pontos da ordem do dia, são processos



que nós detetámos que, não estavam como nós pretendíamos, portanto, não tivemos tempo para analisar os processos, quando pegamos nos processos começámos a ver, os técnicos mandam-nos os processos, são agendados, vêm para nós só que tem vindo muitos processos, como sabem e os que nós achávamos que não tínhamos capacidade de analisar e, estar a votar, não somos só nós que estamos a votar os processos, somos nós, os eleitos e, temos também os outros membros que fazem parte, os outros vereadores que estão agora na oposição, mas também fazem parte e achamos que não tínhamos condições para analisar os processos. Os processos foram retirados, até penso que, com maioria, nem sequer houve questões, porque é para uma melhor análise, porque nós estamos aqui para tentar servir as pessoas e do melhor forma que seja, para que ninguém saia mal. Relativamente às questões que foram feitas ao Senhor Presidente da Câmara, eu só tenho de dizer, não vou responder por ele, como a deputada Helena Palhota, deve saber, terá de fazer essas questões posteriormente ao Senhor Presidente, nós iremos comunicá-las, estão gravadas e ele também poderá ter acesso às gravações. Relativamente a um requerimento que senhora deputada enviou para o Senhor Presidente, ele já respondeu, penso que já recebeu, senão depois pode perguntar, eu tenho aqui a resposta do Senhor Presidente depois posso ler, caso esteja interessada, se não recebeu, irá receber. Passando à deputada Carla Vieira, está surpresa por não estar cá o Senhor Presidente da Câmara, nem a Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente foi a Bruxelas levantar as insígnias da Cidade Europeu do Desporto, ele é o órgão máximo e coincidiu com o agendamento da reunião. A questão que me pôs como Vice-presidente, a Cidade Europeu do desporto está a ser feita pelo Senhor Presidente, apesar de eu ter o pelouro do Desporto e, estar a dar muita ajuda, uma boa colaboração, estou a ouvir os clubes com o Senhor Presidente, estou a fazer um levantamento, portanto, a Cidade Europeia do Desporto também está na alçada do Senhor Presidente da Câmara, apesar de, como disse, eu sou vereador do desporto e, eu estou a dar alguma ajuda. Tivemos alguma dificuldade no início em conseguirmos reaver o processo antigo, isso é uma realidade, aconteceu, mas fizemos um levantamento, temos já calendarizada as provas que irão ser começadas. A abertura, no dia dezassete de janeiro, iremos a Matosinhos que será o encerramento da Cidade Europeia do Desporto de Matosinhos, onde nós iremos estar presentes, para trazer a insígnia, para trazer para albufeira a bandeira. A nossa abertura está prevista para o final de fevereiro, estamos a preparar a abertura e, temos praticamente a calendarização toda feita dos eventos que vamos fazer. Além de, ser sempre subjetivo, pode ser sempre alterado, não é nenhum calendário fixo, portanto, vamos fazer uma coisa com cobertura, tanto para provas de federações como eventos locais, também podemos incentivar lá, porque a Cidade Europeia do Desporto também tem como base o desporto para todos e, o desporto para todos é o desporto não federado, iremos ter algumas iniciativas. O senhor membro Raul Ferreira, sobre as obras particulares, como já tinha dito, já foi explicado aqui várias vezes, é uma preocupação do município, por isso, foi a primeira coisa que nós começamos a mexer e fizemos as alterações, foi precisamente por causa disso, os processos da reunião de Câmara já expliquei à doutora Helena Palhota, foram retirados para uma melhor análise e estamos a tentar ser mais céleres nas respostas às pessoas, esse é o nosso objetivo. Relativamente ao membro Maria Leote, sobre o Mercado de Natal, caso o Senhor Presidente autorizasse, dava a palavra à Vereadora Cristina, que tem esse pelouro, poderá explicar melhor do que eu.” -----



Vereadora Cristina Corado: “Muito boa noite a todos, relativamente à questão colocada que tem a ver com o Natal é realmente com alguma pena que vejo que a passagem do Natal para a zona do mercado foi feita só por um único motivo, o ano passado e ao longo destes últimos anos, tem-se verificado uma fraquíssima aderência das pessoas à ida para a baixa, o anterior executivo, pelo menos, foi-me transmitido pelos serviços que também nesse sentido, acharam por bem passar o Mercadinho de Natal para uma zona mais movimentada e com mais população em Albufeira. Certamente que pretendemos no futuro, que o Mercadinho de Natal volte à baixa de Albufeira, mas nas condições atuais realmente não, porque o comércio não existe na baixa, está tudo fechado e há que trabalhar nesse sentido para depois sim, voltarmos a ter o mercado na baixa.” -----

Helena Simões: “Uma interpelação à Mesa, na medida e na proporção que a questão das comunidades ciganas e que, pelos vistos, houve aqui uma surdez coletiva, foi colocada à Mesa não foi colocado ao senhor Vice-presidente, porque a Mesa é que é o órgão fiscalizador e, que garante a legalidade dos atos. Outra questão, gostaria só de responder a algumas questões suscitadas pelo Senhor Vice-Presidente e, como a bancada ainda tem tempo, parece-me pertinente.” -----

Presidente da Assembleia (em exercício): “De facto, tempo já não tem, de qualquer maneira ficou registado as sugestões e as indignações da senhora membro da Assembleia Municipal. Ficou registado as suas pretensões, suas indicações, as suas sugestões ficaram registadas, a Mesa vai aferir do que entende por certo, relativamente às suas declarações e dar-lhe-á, depois de analisado, o conhecimento oportuno.” -----

Helena Simões: “Sim, realmente a mudança começa bem, porque sempre houve oportunidade perante as respostas do Senhor Vice-Presidente, que está a agir em substituição do Senhor Presidente da Câmara, de serem respondidas pelos deputados, até porque o Senhor Vice-Presidente suscitou a questão de um requerimento que eu enviei para a Assembleia Municipal, que eu não referi na minha intervenção e, que me foi respondido e, em abono da transparência e da verdade, eu enviei dois e, só um é que foi respondido, mas também me parece a mim, se eu enviei diretamente para os serviços para não andar, desculpem a expressão a lavar roupa suja no YouTube, porque também não acho que seja correto, também não me parece correto que o senhor Vice-Presidente traga um assunto para a Mesa que eu não o suscitei. Esta é uma das questões e, digo e repito, uma não resposta da mesa como um órgão fiscalizador, eu vou subentender que, também vai violar o estatuto do eleito local e perante ter assistido a um crime, nada irá fazer. E, também o Senhor Vice-Presidente respondeu à questão da mobilidade de uma forma genérica, mas não respondeu à minha afirmação que a mobilidade até família incluiu.” -----

Presidente da Assembleia (em exercício): “Muito obrigado, senhora membro da Assembleia, fica registado mais uma vez tudo aquilo que referiu, a Mesa irá analisar e responderá oportunamente.” ---

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia (em exercício) deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de conhecimento da proposta referente ao **Sistema de Controlo Interno**; -----
O Presidente da Assembleia, (em exercício), apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2026**, fixando em 0% para todos os sujeitos passivos; -----
O Presidente da Assembleia (em exercício) apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Primeiro gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, porque o facto da tomada de conhecimento não subentender uma votação, não quer dizer que os membros da Assembleia não possam intervir acerca da mesma e o Presidente da Mesa passou o ponto sem sequer dar oportunidade aos membros da Assembleia para intervir acerca dos mesmos.” -----

Presidente da Assembleia (em exercício): Senhora membro da Assembleia Municipal, relativamente ao ponto, não se trata de apreciação nem deliberação, trata-se de uma tomada de conhecimento de um documento que, supostamente já terá conhecimento, portanto não estamos a apreciar, nem a deliberar.” -----

Helena Simões: “Senhor Presidente, certo, mas o documento veio aos deputados da Assembleia Municipal, eu gostaria de fazer uma declaração, de informação para os munícipes acerca do conteúdo do mesmo. Se não me quiser dar a palavra, eu fá-lo-ei via e-mail e fá-lo-ei pelas formas que vocês tanto gostam, que é pelas formas das redes sociais, porque se estamos aqui a operar na lei da rolha, não se dá a palavra aos membros, porque quando vier a tomada de conhecimento, por exemplo, do trabalho desenvolvido pelo Presidente, vai me querer dizer que não podemos tomar a palavra, não podemos pedir esclarecimentos, não podemos suscitar absolutamente nada?! Mas Senhor Presidente, o ónus é seu.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhora membro da Assembleia Municipal há aqui um problema, vamos lá ver, não há aqui nenhuma inscrição relativamente ao nenhum ponto. Não é, porque este não se trata, nem de apreciação, nem deliberação e a senhora deputada municipal relativamente a outras matérias também já esgotou o seu tempo. Esta Assembleia Municipal é uma casa democrática e, não há aqui privilégios de uns, pelo menos na parte que me toca, enquanto Presidente em exercício, nesta Assembleia Municipal, naturalmente que, todos terão o mesmo pé de igualdade, seja em que procedimento for. Sendo uma tomada de conhecimento e, vossa excelência querer intervir sobre esta mesma tomada de conhecimento, para lhe dar a palavra a si teria de dar a palavra a todos os membros da Assembleia Municipal.” -----

Carla Vieira: “Permita-me a Mesa um esclarecimento, agora sim esclarecimento, então parece que os ânimos estão a ficar um bocadinho exaltados, sem razão absolutamente nenhuma. Não obstante o ponto ser uma tomada de conhecimento, os membros da Assembleia têm o direito de solicitar esclarecimentos. Não há tempo limite para a intervenção de qualquer membro nos pontos da ordem do dia. Os tempos só estão limitados às intervenções, antes da ordem do dia, não nos pontos da ordem



do Dia, portanto, permita-me a Mesa que aceite a minha sugestão de efetivamente, aceitar inscrições para todos os pontos, sem qualquer limitação de tempo.” -----

Presidente da Assembleia (em exercício):” Muito obrigado pela sua sugestão senhora membro da Assembleia, tendo em conta as duas intervenções dos ilustres membros da Assembleia Municipal e embora seja tomada de conhecimento, vou aceitar para o primeiro ponto, inscrições.” -----

PONTO UM

Tomada de conhecimento da proposta referente ao **Sistema de Controlo Interno**; -----

O Presidente da Assembleia (em exercício) apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Helena Simões: “Tempos difíceis se vivem na Casa da Democracia. Excelentíssimo Senhor Presidente, Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras deputados, o documento que hoje veio à Assembleia não atualiza o sistema de controlo interno do município, limita-se a manter praticamente intacto o modelo aprovado em dois mil e dezassete, há oito anos, apesar de, desde então terem ocorrido alterações profundas no SNC-AP, que é o sistema de normalização contabilística para administrações públicas, ao código dos contratos públicos, bem como às próprias exigências legais e éticas em matéria de prevenção da corrupção e integridade pública. Para uma governação que assentou a sua vitória eleitoral na promessa de mudança seria no mínimo expectável que apresentasse mudanças. Seria expectável que apresentasse melhorias, atualização normativa, o reforço de mecanismos de controlo e transparência, contudo, não foi isso que nos foi trazido, é precisamente por isso que esta Assembleia tem o dever de exercer de forma plena a sua função fiscalizadora e, em concreto refiro que, o sistema de controlo interno apresentado com oito anos, sem revisão estrutural, sem integração das novas exigências legais, sem adaptação às realidades tecnológicas, digitais e procedimentais do município. Como tal, deixo uma pergunta ao executivo: porque não foi produzida uma atualização substancial do sistema de controlo interno, conforme exigido pelo Evolução Legislativa e Tecnológica?! Em nosso ver, o sistema de controlo interno é e deve ser, um instrumento essencial para garantir a legalidade, transparência e a boa gestão pública, mas para cumprir este papel não pode permanecer cristalizado no tempo, tem de ser atualizado, monitorizado e avaliado com dados concretos, métricas precisas e mecanismos eficazes de auditoria. Por isso, enquanto eleita nesta Assembleia, não poderia deixar de passar o momento sem referir que, esta não alteração do documento, não alteração dos procedimentos poderá pôr em causa a transparência, a eficácia e uma revisão séria e responsável do sistema de controlo interno.” -----

Vice-Presidente: “Só para prestar um esclarecimento relativamente ao ponto que a deputada Helena Palhota falou, ela está muito atenta, realmente tem oito anos ou mais, é desde dois mil e dezassete, portanto, a presente proposta visa apenas atualizar e ajustar as submissões dos fundos fixos, os antigos fundos de maneiço para o restante ano de dois mil e vinte e cinco, mantendo o sistema de controlo interno, como tinha dito já aprovado em dois mil e dezassete. Esta atualização torna-se necessária devido a alterações introduzidas como a entrada em vigor da SNC-AP, que passou a designar fundos fixos em vez de fundos de maneiço. É um ajustamento aprovado a sete de janeiro de dois mil e vinte e cinco, as mudanças verificadas nos titulares responsáveis, pelos fundos, que estavam na Câmara foram alteradas, portanto, as chefias alteraram algumas, tivemos também de alterar os procedimentos. Assim



não se altera os existentes, limitando-se a confirmar a sua manutenção e definir responsáveis e os montantes dos fundos de manuseio fixos, para dois mil e vinte e cinco conforme anexado, portanto, é assim, temos de fixar, as pessoas têm de saber quem é que fica com os fundos de maneios e tem de vir à Assembleia porque é de lei, portanto, é um documento normal para as pessoas saberem quem é que vai manusear o dinheiro, isso é normal. Agora é assim, não teve uma atualização, porque nós tomamos posse a três de novembro de dois mil e vinte e cinco, estamos, como disse há bocado o senhor deputado, há dois meses, não mexemos ainda nas coisas, portanto, estamos a mexer pontualmente em algumas matérias e outras não estamos a mexer. Portanto, algumas delas que vem aqui nesta Assembleia vêm igual como estavam no mandato anterior precisamente por causa disso, estamos a falar em três meses e, estamos a falar que, não tivemos tempo, temos de analisar e fazer melhores propostas. Nós não queremos fazer as coisas em cima do joelho para depois mais tarde as coisas não funcionarem, tem de ser feito com cabeça, tronco e membros. Vinha do anterior executivo e achavam que estava bem e agora acham que está mal. Nós estamos a tentar alterar, mas tem de ser com tempo, é por isso que está a vir praticamente como estava no mandato anterior. As alterações que há, é, precisamente, as pessoas que vão usar os fundos de manuseio. Mas isso é obrigatório trazer à Assembleia, mas também é como tomada de conhecimento.” -----
 Não havendo mais intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2026**, fixando em 0% para todos os sujeitos passivos; -----
 O Presidente da Assembleia (em exercício) apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Helena Simões: “No que concerne à derrama, o executivo afirma que, não quer impor um esforço acrescido às empresas, no entanto, eu pergunto, se o executivo tem uma noção ou se tem valores estimados de quanto é que seria a receita da derrama e o impacto orçamental que tal poderia ter no orçamento da Câmara? Depois, é de lamentar que, os zeros por cento se mantenham, independentemente do volume de negócios, número de trabalhadores, atividades económicas, ou contributo local para o emprego, existem outros municípios e, da mesma maneira que o arquiteto referiu aqui das boas práticas administrativas, nomeadamente no que concerne o licenciamento dos processos, existem outros municípios que têm uma diferenciação da derrama, consoante serem micros ou pequenas empresas, incentivos e setores estratégicos, majorações ambientais ou sociais. Nessa senda, eu pergunto, numa perspetiva de mudança e numa perspetiva também de a derrama ser uma ferramenta de gestão económica, se se prevê num futuro, num horizonte, fazer essa diferenciação em função dos critérios que foram por mim referidos. Depois, se faz parte da estratégia de futuro e creio que, por ora, é o que me apraz dizer.” -----

Vice-Presidente: “Já agora prestar mais um esclarecimento adicional relativamente às respostas agora remetidas na ordem de trabalhos à Assembleia Municipal, importa refletir que, mantivemos integralmente os valores que vinham já no anterior executivo, asseguramos assim a continuidade e estabilidade nas opções fiscais e financeiras do município, como disse, tomámos posse há relativamente bem pouco tempo e, não queremos começar com grandes mexidas e, aliás, nem íamos

conseguir num tempo tão curto para aprovar as GOP's e para aprovar os orçamentos, andar a mexer com derramas e fazer contas. Para salientar que, tivemos igualmente em consideração a prática dos municípios vizinhos, nós tivemos a ver com os municípios vizinhos, também optaram por manter as taxas nos mesmos níveis, garantido a coerência regional e evitando desequilíbrios que pudessem afetar a competitividade e a harmonia fiscal entre os concelhos, portanto podíamos ir criar aqui desigualdades entre concelhos, então tivemos isso em consideração. Esta opção responde a uma questão de coerência, alinhamento, tanto com um histórico recente do município, como com um enquadramento territorial envolvente. Como vos disse, nós tivemos em conta os municípios vizinhos para tomar esta decisão, uma vez que estamos enquadrados numa sociedade cada vez mais global e tendo em conta também as posições dos outros municípios, foi tomado isso em conta.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia (em exercício) colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: sete (07) Carla Vieira, Helena Simões, Rosária Leão, Maria José Leote, Otelo Cabrita, Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: dezoito (18) Beatriz Pereira, Desidério Silva, António Maia, Jorge Loureiro, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Jaime Campos, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Otelo Cabrita apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2025, fixando** em 0.3% para os prédios urbanos; -----

O Presidente da Assembleia (em exercício) apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia (em exercício) colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Helena Simões e Dário Pereira. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Beatriz Pereira (membro suplente), Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Jorge Loureiro, Rosária Leão, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Jaime Campos, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2026** em 0%; -----

O Presidente da Assembleia (em exercício) apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia (em exercício) colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Beatriz Pereira, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Jorge Loureiro, Rosária Leão, Ana Pífarro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Jaime Campos, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2026** de 0%; -----

O Presidente da Assembleia (em exercício) apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia (em exercício) colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Beatriz Pereira, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Jorge Loureiro, Rosária Leão, Ana Pífarro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Alberto Saraiva, Nuno Cabrita, Jaime Campos, Hugo Aires, Raul Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO SEIS

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto, também Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a participação no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; -----

O Presidente da Assembleia (em exercício) apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Hugo Aires: “Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, excelentíssimo senhor Vice-presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros eleitos da Assembleia Municipal, público presente e a quem nos assiste online, na qualidade de líder do grupo municipal do partido Chega cumpre-me apresentar a lista que propomos para a eleição do representante do município de Albufeira ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. A lista que submetemos à consideração desta Assembleia assentam num princípio simples e essencial, garantir que Albufeira se faz representar por quem está diariamente no terreno, próximo das populações e comprometido com a defesa dos interesses locais no plano nacional. Assim, propomos como membro efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Cláudio Marujo, cuja experiência e dedicação ao serviço público são amplamente reconhecidas neste concelho e como substituto, o Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Manuel Cabrita dos Santos Nascimento, igualmente também detentor de provas dadas e de conhecimento profundo da realidade local. Ambos representam o que melhor caracteriza o poder autárquico, proximidade, competência e responsabilidade. Acreditamos por isso que esta dupla assegurará uma participação sólida, esclarecida e firme na defesa dos interesses de Albufeira e das suas freguesias no seio da ANMP. Solicito assim apreciação favorável desta Assembleia.” -----

Foi apresentada uma lista única, pelo partido Chega, no sentido de eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água: Cláudio Marujo e como substituto, o Presidente de Junta da Guia: Dinis Nascimento. -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado: ----

Votos em Branco: dois (02) -----

Votos a favor: vinte (20) -----

Votos contra: um (01) -----

Votos nulos: dois (02) -----

Foi aprovada por maioria a lista única, apresentada pela bancada do CHEGA. -----

Foi eleito a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo para a participação no congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; -----

Presidente da Assembleia (em exercício): “Antes de passar ao ponto sete vou passar a palavra ao senhor Segundo Secretário, para um pequeno esclarecimento relativamente aos tempos exercidos pelos membros da Assembleia Municipal.” -----

Segundo Secretário: “Queria fazer aqui um pedido esclarecimentos que, enquanto estávamos nesta sessão, fiz aqui um apontamento em que, num ponto em que não há qualquer inscrição para intervir, não faz sentido dizer que há esclarecimento sem limite de tempo, porque, em rigor, nem sequer devia abrir-se um momento de esclarecimento sobre esse ponto. O que o Regimento de Albufeira implica, é que, os pedidos de esclarecimento existem para esclarecer intervenções, o Regimento manda que, sejam feitos no termo da intervenção que os motiva e mediante inscrição. Se não houve inscrições, não há intervenções e, portanto, não há base regimental para abrir esclarecimentos. Sobre o ponto, o normal, é o Presidente declarar o ponto encerrado e seguir para a votação ou para o ponto seguinte. O que aconteceu foi que, ao deixarem a deputada falar e, apesar de não haver inscrições, a Mesa deu a palavra a uma deputada para esclarecimento, isso acaba por ser uma exceção ao funcionamento normal



do Regimento e não direito ilimitado próprio desse tipo de intervenção. Em termos de atuação futura, pode-se invocar este caso em ponto de ordem ou conferência de líderes para pedir que, ou se cumpra estritamente o Regimento sem esclarecimentos, quando não houve inscrições, ou se clarifique por escrito um procedimento uniforme para situações deste tipo, garantindo igualdade entre todos os deputados. Ou seja, isto é o que diz o nosso Regimento, eu tive de fazer esta consulta, porque todas as Assembleias Municipais e de freguesia têm o seu regimento próprio, isto obviamente poderá ser alterado quando se quiser alterar, como existe já um grupo de trabalho para isto.” -----

Carla Vieira: “Mesmo que não tenha sido eu a colocar a mão em primeiro lugar para pedir esclarecimento à Mesa, o meu colega doutor Raul Ferreira, certamente que me dará por uma questão de cavalheirismo, muito obrigado. O esclarecimento prestado pela Mesa não me convence, não me convence nos termos do artigo vinte e três do Regimento, os tempos aplicam-se somente ao período antes da ordem do dia. Relativamente aos pedidos de esclarecimento, é verdade que há um tempo, contudo, era prática no último mandato, não havendo tempo limite de intervenção relativamente ao pedido de esclarecimento. Ainda que, fosse um ponto não sujeito a deliberação, mas uma tomada de conhecimento, contudo, o artigo trigésimo terceiro, diz que o uso da palavra para esclarecimentos corresponde a cinco minutos para intervir.” -----

Helena Simões: “Só gostaria de acrescentar o artigo quarenta e oito, número um, alínea c), que é: apresentar recomendações, pareceres, pedidos de esclarecimento à Câmara veiculados pela Mesa da Assembleia e, depois também tem a linha d). Eu efetivamente gostaria que o secretário me referisse em que pontos, em que artigos em concreto é que circunscreve a interpretação que acabou de fazer, da impossibilidade de nós intervirmos nos pontos informativos.” -----

Segundo Secretário: “O que eu fiz foi um resumo do que estive a ler durante a sessão, isto é um resumo e, é o meu entendimento, isto é uma lacuna que existe e vocês podem tratar disso, ou nós poderemos tratar disso, deputados da Assembleia Municipal na elaboração do novo Regimento, não teve a ver com artigo nenhum específico, foi o resumo que o fiz e, há aqui uma omissão que, realmente há aqui estes pontos em falta que eu falei. É uma questão de interpretação da minha parte e da sua são diferentes.” -----

Helena Simões: “Eu gostaria de pedir à Mesa que, doravante e até qualquer futura alteração do Regimento, nos consigamos circunscrever ao Regimento em vigor e à lei aplicável, se faz favor.” ---

Presidente da Assembleia (em exercício): “Estava eu a dizer, como presidente da Mesa em exercício, não posso deixar de me congratular pelos vossos contributos e, de facto, este tipo de discussão, este tipo de entendimento variado, só vem de facto sustentar a necessidade de se alterar o Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira em vigor.” -----

PONTO SETE

Eleição de até dois representantes das Juntas de Freguesias do Concelho a integrar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; -----

O Presidente da Assembleia (em exercício) apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Hugo Aires: “Cumpro ao Grupo Municipal do Partido Chega a apresentar o requerimento referente à eleição de dois representantes das Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira, para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, conforme previsto na lei número setenta e seis de dois mil e dezassete. A Comissão Municipal assume um papel essencial na prevenção, coordenação e gestão do risco do incêndio rural, sendo responsável por articular todos os agentes locais envolvidos na defesa da floresta e na proteção das populações. Por isso, é fundamental que nela estejam representadas as Juntas de Freguesia, enquanto o primeiro nível de resposta e estrutura mais próxima do território. A lista que apresentamos procura garantir essa proximidade, experiência e conhecimento técnico operacional. Assim propomos como representantes efetivos, Dinis Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Rita Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. Esta proposta reflete o compromisso de reforçar a segurança das populações, a proteção do nosso território e a capacidade preventiva do concelho de Albufeira. Solicito, por isso, apreciação favorável desta Assembleia Municipal.” (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Carla Vieira: “Não obstante a bancada do partido Chega a ter apresentado a lista com dois Presidentes de Junta de reconhecimento, que estão nas freguesias limítrofes e mais rurais do nosso concelho, a bancada da Coligação Albufeira é Tua, ia exatamente nesse sentido, apresentar os nossos Presidentes de Junta, Dinis Nascimento e a Rita Coelho, que têm conhecimento profundo do meio rural de prevenção e têm certamente uma resposta, caso algo aconteça nesse sentido, por isso, agradecemos por isso.” -----

Foi apresentada uma lista única, pelo partido Chega, no sentido de eleger o Presidente da Junta de Freguesia da Guia: Dinis Nascimento e a Presidente de Junta de Paderne: Rita Coelho. -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----

Votos em Branco: um (01) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) -----

Foi aprovada por maioria a lista única, apresentada pela bancada do CHEGA. -----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Guia – Dinis Nascimento e a Presidente da Junta de Freguesia de Paderne – Rita Coelho, para integrar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; -----

PONTO OITO

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para integrar na Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Hugo Aires: “A Comissão Municipal de Proteção Civil assume um papel absolutamente central na definição de políticas e procedimentos que garantem a segurança das populações, a capacidade de atuação dos agentes de proteção Civil e a articulação entre entidades públicas, forças de segurança e serviços municipais, por isso, é determinante que a representação da Junta de Freguesia nesta Comissão seja assegurada por alguém com conhecimento direto do território, experiência de liderança e capacidade de resposta operacional. Assim, sendo propomos como candidato o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Cláudio Filipe Guerreiro Marujo e como substituto Dinis Manuel Cabrita dos Santos Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia da Guia. Acreditamos que



o Presidente de Junta indicado reúne as condições necessárias, como todos sabemos, com provas mais que dadas nesta matéria, para contribuir de forma competente e responsável para o funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, assegurando um papel ativo na defesa das populações e na gestão das situações de risco.” (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Carla Vieira: “Efetivamente não decorre do pedido de nomeação de representante de uma junta de freguesia e um substituto, pelo que será apenas um efetivo sem substituição ou sem que haja suplente. Por isso, efetivamente, a bancada da Coligação Albufeira é Tua, irá apresentar a lista B, que é o Dinis Nascimento, que consideramos também que, tem uma vasta experiência no terreno, tem conhecimento de gestão em situações de prevenção e emergência e será certamente uma mais-valia para integrar esta Comissão. É Presidente de Junta há cerca de oito anos, conhece muito bem o território, qualquer situação que haja estará certamente atento para agir e atuar em conformidade.” -----

Foram apresentadas duas listas, **LISTA A**, proposta pelo partido Chega, no sentido de eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: Cláudio Marujo e a **LISTA B**, proposta da Coligação Albufeira é TUA, no sentido de eleger a Presidente da Junta de Freguesia Guia: Dinis Nascimento. -----

Raul Ferreira: “Eu não gosto de ligar o complicómetro, mas parece-me que, havendo uma irregularidade na lista apresentada pelo partido Chega deveriam corrigir para votarmos em conformidade com o Regimento, se não depois poderíamos ter eventualmente aqui alguma questão relacionada com o facto de apresentarem dois nomes na mesma lista, quando é admissível apenas um nome.” -----

Presidente da Assembleia (em exercício): “Senhor membro, foi precisamente isso que eu acabei de dizer, havendo agora um requerimento com um novo elemento indicado, eu referi que ia haver duas listas.” -----

Raul Ferreira: “É que a lista apresentada pelo partido Chega tem dois nomes”. -----

Presidente da Assembleia (em exercício): “Tem que ser corrigida, na medida em que só pode ser admitido um, tem toda a razão.” -----

Hugo Aires: “Detetada essa situação nós, obviamente, vamos fazer novo requerimento onde iremos fazer a apresentação desse candidato único, neste caso oralmente e, depois, obviamente, a tramitação formal por email ou por requerimento em papel.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhor membro da Assembleia, pedia o favor de ler o conteúdo do requerimento que fez, para ficar totalmente esclarecido.” -----

Hugo Aires: “Na sequência do que temos aqui vindo a falar e propor, desta vez com a devida retificação, o grupo parlamentar do Chega irá apresentar o candidato neste caso, o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Cláudio Marujo.” (doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----

LISTA A: treze (13) votos favoráveis; -----

LISTA B: Doze (12) votos favoráveis. -----

Foi aprovada por maioria a LISTA A, apresentada pela bancada do CHEGA. -----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo para integrar na Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

Presidente da Assembleia: “Antes de encerrar esta sessão, tenho uma boa noticia para todos, penso eu, cabe-me informar que todos os membros municipais efetivos irão receber um cabaz de Natal, a partir do dia quinze poderão levantar o cabaz no espaço EMA e levantar, entretanto, as senhas com o apoio administrativo, no final desta sessão.” -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

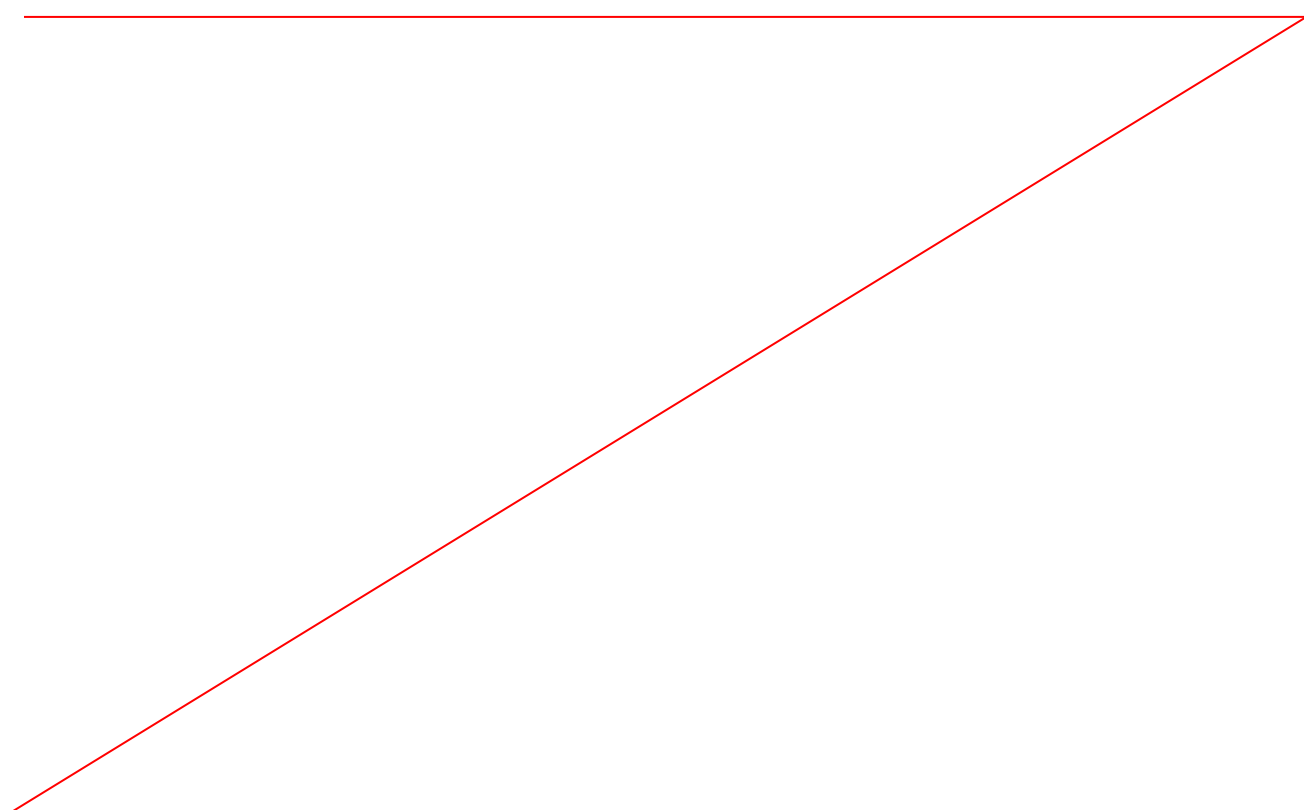
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 12 de dezembro de 2025 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA (em exercício) _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO-SECRETÁRIO _____





Doc. n.º 1







DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada da Coligação Albufeira É Tua, entende que a aplicação da taxa 0% a todas as empresas sem excepção, não tem acolhimento da nossa parte, pois consideramos que as empresas com volume superior a € 150 000,00 geradoras de grande rendimento deveriam ser sujeitas ao imposto da derrama, ainda que de taxa reduzida, por uma questão de justiça social e contributo para a economia local, designadamente para melhorar os recursos financeiros da autarquia.

Razão pela qual votamos abstenção.

Albufeira, 12 de Dezembro de 2025

Carla Alexandra Santos Vieira
Miguel Leão
Rosária João
Natalia Ricardo
João Rui



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Albufeira,

Dr.ª Luna Silva

Assunto: Requerimento – Eleição de Dois Representantes das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

**Exma. Senhora Presidente da Mesa da
Assembleia Municipal de Albufeira,
Dr.ª Luna Silva**

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, vem, ao abrigo do disposto no Estatuto dos Eleitos Locais, no Regimento da Assembleia Municipal e no regime jurídico da Defesa da Floresta Contra Incêndios (Lei n.º 76/2017, na redação vigente), **requerer a admissão e tramitação da lista proposta por este Grupo Municipal para a eleição de dois representantes das Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira destinados a integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.**

Lista proposta:

Representantes efetivos das Juntas de Freguesia:

- Dinis Nascimento / Junta de Freguesia da Guia.
- Rita Coelho / Junta de Freguesia de Paderne.

Nestes termos,
requer-se a aceitação do presente requerimento e o seu encaminhamento para os procedimentos regimentais aplicáveis.

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Municipal do Partido CHEGA,

Hugo Miguel Isidro Aires



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Albufeira,

Drª Luna Silva

Assunto: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil – LISTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL CHEGA.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, vem, ao abrigo do disposto no Estatuto dos Eleitos Locais, no Regimento da Assembleia Municipal e na Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, na redação vigente), **requerer a admissão e tramitação da lista proposta por este Grupo Municipal para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia destinado a integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil de Albufeira.**

Nos termos legais aplicáveis, solicita-se a V. Ex.ª que o presente requerimento seja **incluído na ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal**, para efeitos de deliberação.

Candidato proposto:

- **Cláudio Filipe Guerreiro Marujo /Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos D' Água.**

A Comissão Municipal de Proteção Civil é a estrutura responsável pela coordenação local das ações de prevenção, preparação e resposta a situações de emergência, sendo, por isso, essencial a participação de um Presidente de Junta de Freguesia, enquanto representante do poder local de proximidade e da primeira linha operacional no território – com vasta experiência demonstrada nesse campo.

Com os melhores cumprimentos,

Grupo Municipal do Partido CHEGA,

Hugo Miguel Isidro Aires



Exm^{as} senhores presidentes da A.M. Albufeira:

- O grupo parlamentar o
CHEGA, irá apresentar
o candidato:

- CLAUDIO MARQUES
PRESIDENTE D J. D. D. O'hus
D'Algarve

HUGO BIREZ

- grupo Municipal (PHEGA)

hug. o.